

José Sérgio Filgueiras Costa

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: sergiocostaconsultor@gmail.com

Mateus Matos Ferreira

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: mateus.biologiaufs@gmail.com

Ruana Michela Santos Cardoso

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: edfruanacardoso@gmail.com

“Covid-19, Meio Ambiente e Políticas Públicas”, livro organizado por Carlos Eduardo Frickmann Young e João Felipe Cury Marinho Mathias, foi lançado pela editora Hucitec, em 2020. Possui como objetivo analisar as sinergias entre a pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), políticas públicas e desenvolvimento sustentável, através da análise econômica e institucional de políticas públicas e outros assuntos relacionados ao meio ambiente e sua interação com os aspectos econômicos.

O livro foi produzido e publicado durante a pandemia da COVID-19 que gerou impactos dramáticos nas dimensões: sociais, econômicas e ambientais numa escala local/global. No Brasil, o seu enfrentamento foi marcado por uma série de negligências por parte do Governo Federal, que possui como ideologia política/econômica os preceitos neoliberais da “extrema direita”, o que acabou resultando no escancaramento das desigualdades, e principalmente, no aumento do número de casos e de óbitos. O livro foi sensível ao apresentar durante a passagem dos capítulos imagens que retratavam o período histórico que presenciamos, e ao dedicar o livro a todas as vítimas do Covid-19 que perderam suas vidas, e suas famílias e amigos. Uma história que não deve ser esquecida!

Ao verificar o currículo dos organizadores, observa-se que são pesquisadores que atuam no campo da Economia voltado para o Meio Ambiente/Desenvolvimento Sustentável. Carlos Eduardo Frickmann Young, Carlos Eduardo Frickmann Young (organizador). Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), onde coordena o Grupo de Economia do Meio



Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GEMA/IE/UFRJ). Professor colaborador dos Programas de Pós Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Mato Grosso (PPGCA/Unemat) e Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGCASA/Ufam). Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED). João Felipe Cury Marinho Mathias, (organizador). É doutor em Economia pela UFRJ e professor associado do Instituto de Economia da UFRJ. É pesquisador do Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GEMA/UFRJ). Atua na área de Macroeconomia (graduação) e Estatísticas Sociais e Econômicas (Programa de pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento) e coordena o curso de extensão em “Distribuição de Renda e Pobreza”.

A obra é estruturada em quatro blocos temáticos, a saber: “Novo contexto, velhos dilemas: a ciência econômica em xeque”, “Novos cenários, velhos problemas: covid-19 e meio ambiente”, “Governança e instituições: práticas recentes de vícios passados”, e “À guisa de conclusão: o que fazer, então?” , sendo possível observar que os textos são objetivos, provocativos a partir de uma linguagem multifacetada, o que torna uma leitura fluida, convidativa e esclarecedora, apontando um modelo que pode agradar ao leitor. No início a obra apresenta fotos de um igarapé amazônico, justamente a região que mais sofreu na pandemia, dados de contaminados, recuperados e óbitos, além da canção o bêbado e o equilibrista indicando um caminho (pandêmico) sinuoso, mas que o show (da vida) tem que continuar tornando-a uma obra marcante ao inserir registros fotográficos, apresentando didaticamente e situando o leitor a respeito do tema. Um tempo para jamais esquecermos!

Young e Mathias discorrem na apresentação que para a busca da superação de qualquer crise- inclusive, no contexto de emergências sanitárias- se faz necessário buscar o senso de coletividade para se pensar em soluções aplicáveis considerando o contexto que se insere. Com base no explícito no livro, vale destacar que o senso de coletividade no campo dos problemas socioambientais-econômicos que se faz necessário uma análise pluri- multi, e/ou interdisciplinar para a compreensão das partes para ter entendimento do todo, e assim, pensar numa possível solução. Sobre o conceito de interdisciplinaridade, aponta Leff (2011, p.318): “[...] uma relação diametral que vai da solidariedade e complementaridade entre disciplinas, ao antagonismo de saberes; onde se inter-relacionam processos significativos, mais que posições científicas, interesses disciplinares e verdades objetivas.

O primeiro bloco temático "Novo contexto, velhos dilemas: a ciência econômica em xeque" Young, Penna e Mathias chama a atenção para as necessidades econômicas em tempos de crise por necessitar ter uma visão multidimensional dos antigos e novos problemas. Conforme os autores do



livro, durante a pandemia, o Governo Federal na tentativa de proteger a economia, acabou deixando em segundo plano a saúde pública, reafirmando assim, o despreparo técnico voltado para o enfrentamento da pandemia. Outra questão envolve a negação do Governo por parte da comunidade científica que vinha alertando sobre os possíveis e reais impactos a nível micro e macro da pandemia, e sobretudo, de meios para se pensar em medidas e instrumentos visando mitigar os impactos na economia brasileira. Portanto ao proteger a economia, dados científicos comprovaram que as áreas periféricas e mais pobres foram as mais afetadas durante a pandemia, o que traz à tona o conceito de racismo ambiental, aponta Herculano; Pacheco (2006, p.25) “às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas.”

O segundo bloco temático “Novos cenários, velhos problemas: covid-19 e meio ambiente” Pabst e Vianna chamam a atenção em torno dos desafios presentes no sistema público de transporte, que ao longo dos anos vinha reduzindo a frota de demanda impactando os seus usuários. Durante a pandemia, o transporte urbano reduziu a demanda da frota, sobrecarregando o transporte público pela alta demanda, escancarando a desigualdade existente, por exemplo: os moradores de periferias que precisam se deslocar para os seus trabalhos distante de suas residências, gasto financeiro, conseqüentemente, passam a maior parte do tempo dentro do transporte público, ficando exposto a uma série de problemas, inclusive, cenários marcados por violências e injustiças. Dito isto, sugere-se que a problemática do transporte público deve ser sanada atrelada às políticas urbanas e de mobilidade por reconhecer que “os benefícios seriam vistos em termos de eficiência econômica, de distribuição de oportunidades e renda, para o meio ambiente e para a oferta de infraestrutura urbana. Porém, os incentivos de curto prazo para realizar as ações necessárias ainda parecem ser poucos” (YOUNG; MATHIAS, 2010, p.89).

Ao tratar sobre os problemas advindos das ações antrópicas, o autor expõe minuciosamente sobre a relação entre doenças infecciosas mediante o contato dos seres humanos com outros animais em decorrência da degradação do meio ambiente. Ao abordar sobre o processo de desmatamento no contexto brasileiro, não se pode esquecer do desmonte das políticas públicas que aconteciam de forma escancarada e de mudanças institucionais que deram margem para o enfraquecimento da política de proteção ambiental. Fazendo um contraponto, os autores apontam para a necessidade de se discutir sobre os preceitos econômicos a partir dos serviços ambientais/serviços ecossistêmicos a fim de motivar a economia e manter a preservação ambiental. E para fechar o segundo bloco, os autores escancaram a redução das Unidades de Conservação (UCs) no contexto brasileiro, em virtude do crescimento do desmatamento durante a pandemia e pelo descaso dos órgãos públicos, uma vez que “a atual pandemia mostra como é importante manter o equilíbrio ecológico das áreas silvestres, e que uma das conseqüências desastrosas do distúrbio dessas áreas é a potencial irradiação de zoonoses de grande impacto nas sociedades humanas.” (Idem, 2020, p.114).



O terceiro bloco temático “Governança e instituições: práticas recentes de vícios passados” os autores trazem à tona as falhas do governo federal, sobretudo, na falta de uma coordenação geral durante o período pandêmico, no trecho fica evidente o discurso antagônico à pandemia vs economia, apontando uma falsa dicotomia. Nesse ponto, o livro se mostra como uma obra que resgata elementos históricos à curto prazo, mas que poderá situar o leitor num cenário futuro ao caos administrativo do período da covid-19. Os autores ainda destacam a “boiada” de irregularidades e arbitrariedades ambientais orquestrada pelo então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. A crescente desigualdade socioeconômica que rege o nosso país, que possuem como plano de fundo o argumento de “o Brasil não pode parar” indicando o que as elites políticas e econômicas acreditam. Afinal, quem carrega o país é a classe trabalhadora e não há dúvidas de que o colapso hospitalar afetou sobretudo os mais pobres, com menor capacidade de se adequar às exigências sanitárias.

Ainda nesse bloco, os autores do livro trazem comparações retrospectivas e históricas da pandemia da covid-19 em relação às da peste negra e da gripe espanhola, evidenciando que se trata de um desastre natural, pois, são frutos das mudanças climáticas e da nossa maneira de vida e produção. Fico nítida a importância das diversas áreas da ciência, como as da saúde, as exatas e as sociais para entender o contexto atual mesmo com as limitações do senso comum e as inverdades das fake news. Na parte final do bloco, os autores refletem sobre qual o valor da vida? E se questionam se vivemos numa “sociedade de risco”, versando com os problemas sociais ligados à violência, mas sobretudo, o risco resultante da pandemia. Nas palavras finais apontam que: “seja lá o que ocorrer, vai sobrar para o pobre. E que por isso tenta sobreviver normalizando o anormal: em um mundo de balas perdidas, casas soterradas e esperanças desfeitas, o novo coronavírus acaba aparecendo como mais um velho conhecido.”

No último bloco temático “À guisa de conclusão: o que fazer, então?” Os autores do livro chamam a atenção sobre as questões: sociais, ambientais e econômicas durante a pandemia de COVID-19. Ressaltam ainda que em tempos de crise necessita-se de uma visão multidimensional, enfatizando que “prevenir é essencial”, reforçar as “políticas ambientais”, preservação do meio ambiente, e garantir a saúde pública. Assim, é vital ações que promovam a sustentabilidade ambiental com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS visando mitigar os impactos das ações negativas à natureza. Conforme ressalta os ODS da Agenda 2030, o item 15 estabelece: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade (AGENDA 2030, 2015).



O livro, entretanto, apresenta em termos metodológicos algumas falhas que precisam ser revistas, a exemplo, ausência de revisão de literatura, textos meramente informativos, mas que não tira o brilho do seu caráter inovador, pois, eram as informações que tínhamos na época devido à falta de previsibilidade inerente ao momento pandêmico. Há também de ressaltar, os múltiplos olhares autores no campo das Ciências Econômicas, confirmando o seu caráter multidisciplinar ao tratar de questões relacionadas aos aspectos sanitário-político-econômico-ambiental durante um período pandêmico, marcado por polarização política (direta e esquerda), e principalmente, tomadas de decisões do governo de direita ancoradas no negacionismo científico. Por isso, foi possível observar durante leitura que a questão emocional foi fator determinante para o desenrolar do livro, e sobretudo, em virtude do seu caráter muito forte de denúncia social ao apresentar as fragilidades da governança política no campo da saúde, e de outras temáticas emergentes, tais como: o emprego e renda, transporte público, as questões ambientais, o negacionismo e a necessidade de políticas públicas eficazes de acordo com a realidade de cada região do país.

Diante do mencionado, evidencia-se que a obra em destaque foi estruturada a partir de quatro ênfases: “Novo contexto, Novo cenário, Governança e Instituições e à Guisa de conclusão” ao apresentar inquietações acerca das questões socioeconômicas, culturais e de governança. Por conta do contexto pandêmico e sem ações eficientes advindas dos órgãos governamentais para sanar e/ou mitigar tal situação, o problema sanitário cresceu muito e diversas fragilidades dos órgãos competentes vieram à tona. Portanto, descreve-se o livro como “obra nova-velha” tendo em vista que os dados que já não condizem com a realidade atual pós-pandêmica, assim, sugere-se uma nova edição da obra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor**, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. **Environmental Racism**. FASE: Rio de Janeiro, 2006.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: **A Agenda 2030 para o DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. 2015. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.